



1º Simulado

Polícia Penal PE

Pós-Edital



Simulado Policial Penal - PE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso de Policial Penal;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no conteúdo programático do edital.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK

<https://bit.ly/Simulado-Policial-Penal-PE-30-01>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

PORTUGUÊS

Suellen Borges

Leia o texto abaixo para responder às questões.

“Quando se fala de aumento – e, na verdade, não é aumento, e sim reajuste, pois não alcança a inflação – não se trata apenas de auditores da Receita Federal, policiais federais, [servidores do] Banco Central. É de toda a categoria não só no âmbito federal, mas também no municipal e estadual, que tiveram os salários congelados nos últimos cinco anos e agora se veem com a ameaça da ‘reforma administrativa’.”

BARONOVSKY, Ricardo. Liberdade de Opinião. 04/01/2022 In <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/baronovsky-a-quem-interessa-demonizar-o-servidor-publico-brasileiro/>> Acesso em jan 2022 (adaptado)

01. De acordo com a leitura do texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O autor defende reajuste salarial ao servidor público dos três âmbitos da Administração, fazendo uma ressalva no tocante à expressão “aumento salarial”.
- b) As aspas no início e no fim do fragmento sinalizam à fala direta de alguém tal qual ela assim se pronunciou no discurso.
- c) São destacados os servidores de três órgãos (Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central), mas o receio da reforma administrativa pode estar presente entre os demais órgãos da Administração.
- d) Os salários congelados constituem um óbice ao servidor público que pretende permanecer no órgão, ainda que a remuneração esteja aquém da inflação.
- e) Nenhuma das anteriores.

02. Em relação ao uso de aspas duplas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Ressalta o que está sendo escrito pelo autor do texto.
- b) Exprime uma ironia.
- c) Destaca uma expressão usada fora do contexto habitual.
- d) Delimita uma citação direta.
- e) Nenhuma das anteriores.

03. A palavra “Quando”, no início do texto, pode ser substituída, sem prejuízo da correção e do sentido do texto, por:

- a) No momento em que
- b) Porquanto
- c) Desde que
- d) Uma vez que
- e) Nenhuma das anteriores.

04. Leia o trecho abaixo e analise as afirmativas a seguir:

“É de toda a categoria não só no âmbito federal, mas também no municipal e estadual, que tiveram os salários congelados nos últimos cinco anos (...)"

- a) Há presença de conjunção adversativa no trecho “mas também no municipal e estadual”.
- b) A vírgula após a palavra “estadual” destaca uma oração composta.
- c) A vírgula após a palavra “estadual” inicia oração de valor explicativo.
- d) O termo “congelados” é forma verbal no particípio.
- e) Nenhuma das anteriores.

05. Das alternativas abaixo, aquela em que **não** há sentido figurado no termo sublinhado é:

- a) O serviço público é osso.
- b) Os salários estão congelados há cinco anos.
- c) O Governo não pretende reajustar os salários.
- d) O servidor está cansado.
- e) Nenhuma das anteriores.

06. Assinale a única alternativa gramaticalmente correta.

- a) Em situação hipotética, indivíduos que se vêem diante de uma licitação superfaturada não têm coragem de contrariar seu empregador, já que eles não têm estabilidade no cargo.
- b) Em situação hipotética, indivíduos que se vêem diante de uma licitação superfaturada não tem coragem de contrariar seu empregador, já que eles não tem estabilidade no cargo.
- c) Em situação ipotética, indivíduos que se veem diante de uma licitação superfaturada não têm coragem de contrariar seu empregador, já que eles não têm estabilidade no cargo.
- d) Em situação ipotética, indivíduos que se veem diante de uma licitação superfaturada não têm coragem de contrariar seu empregador, já que eles não têm estabilidade no cargo.
- e) Em situação hipotética, indivíduos que se veem diante de uma licitação superfaturada não têm coragem de contrariar seu empregador, já que eles não têm estabilidade no cargo.

07. Assinale a alternativa em que a crase foi empregada de maneira INCORRETA:

- a) O servidor foi embora às pressas.
- b) A viatura da Polícia Penal virou repentinamente à esquerda.
- c) O chefe do setor entregou o documento à todos os responsáveis.
- d) Servidores policiais chegarem cedo àquele município.
- e) A polícia é importante órgão de apoio à população.

08. Sobre o trecho “É de toda a categoria não só no âmbito federal, mas também no municipal e estadual, que tiveram os salários congelados nos últimos cinco anos”, é correto afirmar que

- a) a estrutura gramatical do fragmento permite dele inferir que todos os servidores mencionados no trecho tiveram os salários congelados nos últimos cinco anos.
- b) de acordo com esse trecho, apenas alguns servidores tiveram os salários congelados – indivíduos pertencentes aos âmbitos municipal, estadual e federal da Administração Pública.
- c) da forma como a frase está construída, é possível deduzir que somente algumas categorias de servidores são consideradas na fala do autor, ou seja, aqueles que tiveram os salários congelados.
- d) há maior ênfase aos servidores do âmbito federal, em que pese terem sido mencionadas as esferas municipal e estadual.
- e) Nenhuma das anteriores.

09. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) Os servidores se ____ exaustos de tanta pressão. (vêem)
- b) Pelo menos metade dos servidores daqueles dois órgãos ____ fazer outro concurso. (pretende)
- c) O reajuste salarial é aguardado ____ mais de cinco anos. (á)
- d) Não ____ como negar: a defasagem salarial é gritante. (a)
- e) ____ dez minutos que o delegado chegou. (Fazem)

10. Assinale a alternativa correta:

- a) Na frase “que tiveram os salários congelados nos últimos cinco anos”, retirada do texto, é possível substituir “que” por “o qual”, já que ambos são pronomes relativos.
- b) Os travessões constantes no primeiro período do trecho podem ser substituídos por parênteses.
- c) Os colchetes colocados no texto não equivalem ao emprego de parênteses.
- d) As aspas simples em “deforma administrativa” foram colocadas por ausência de melhor recurso que atenda à finalidade das aspas no texto.
- e) O texto tem caráter injuntivo, já que exprime opiniões de determinado enunciador.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL**Marcos Girão****11. Conforme a Lei nº 15.755/2016, que Institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, é incorreto afirmar que.**

- a) A execução das medidas privativas da liberdade visa à reparação social pelo crime cometido e deve orientar-se à reintegração da pessoa privada de liberdade à sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável.
- b) A pessoa privada de liberdade mantém a titularidade dos seus direitos fundamentais, salvo as limitações inerentes ao sentido da condenação e as exigências próprias da respectiva execução.
- c) O Sistema Penitenciário do Estado Pernambuco vincula-se aos órgãos de execução penal.
- d) A Secretaria Executiva de Ressocialização, subordinada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, é órgão executivo da Política Penitenciária Estadual.
- e) O funcionamento do Conselho da Comunidade será regulamentado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, em conformidade com os preceitos da Lei de Execução Penal, e demais legislações pertinentes.

12. Com base na Lei Complementar nº 106/2007, que dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, estabelece normas disciplinares dos Agentes de Segurança Penitenciária, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, não está descrita corretamente a seguinte transgressão disciplinar:

- a) exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei.
- b) pleitear, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimento, vantagens e proventos de parentes até terceiro grau.
- c) divulgar, através de qualquer veículo de comunicação, fatos ocorridos na repartição, propiciar-lhe a divulgação ou facilitar de qualquer modo, o seu conhecimento a pessoas não autorizadas a tal.
- d) referir-se, desrespeitosa e depreciativamente às autoridades e atos da Administração Pública em geral.
- e) promover ou participar de manifestações de apreço ou desapreço a quaisquer autoridades

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Ranielison Passos

- 13.** A imagem a seguir ilustra uma planilha eletrônica do Microsoft Excel, em sua configuração padrão. Qual foi o objetivo do usuário ao inserir o símbolo \$ na função =B2*B\$1 digitada na célula C2?

	A	B	C
1	TAXA	5,13%	
2	Jan	5000	=B2*B\$1
3	Fev	3000	
4	Mar	1200	
5	Abr	4000	
6	Mai	6000	
7	Jun	4800	

- a) Indicar que a célula B1 possui formato de moeda.
 b) Tornar a referência para a célula B1 absoluta.
 c) Tornar a referência para a coluna B absoluta e para a linha 1 relativa.
 d) Tornar a referência para a coluna B relativa e para a linha 1 absoluta.
 e) Torna a referência imprecisa, retornando um erro de fórmula.

- 14.** Para a criação de arquivos e pastas no Windows 10, configuração padrão em português, deverão ser seguidas algumas regras, dentre elas, considerar que

- a) o nome ou extensão de arquivo poderá conter elementos como & / : \$? “, entre outros.
 b) os termos COM5 e LPT2 podem ser utilizados normalmente em nomes de arquivos ou pastas.
 c) arquivos e pastas no Windows podem conter no máximo 128 caracteres.
 d) o limite de caracteres para um arquivo ou pasta inclui o caminho de endereço, o nome e a extensão.
 e) arquivos no Windows não pode conter os caracteres / : * ?, mas o nome do seu caminho pode incluí-los.

- 15.** No browser Firefox, um atalho de teclado permite adicionar a página atual (aquele que está exibida na tela) aos Favoritos. Esse atalho de teclado é:

- a) Ctrl + F.
- b) Ctrl + D.
- c) Ctrl + A.
- d) Ctrl + T.
- e) Ctrl + V

- 16.** Sobre segurança da informação e técnicas de pragas maliciosas, assinale o item correto.

- a) Entre as operações de segurança por antispýwares e antivírus não existem semelhanças para encontrar malwares.
- b) Um sistema de segurança empregado por Firewall possui regras definidas, aceitando ou descartando os pacotes de dados que passam pela rede.
- c) Instalar um sistema de antivírus e mantê-lo atualizado é o suficiente para garantir a segurança de um computador.
- d) Vírus é um programa autossuficiente, capaz de se propagar automaticamente pela rede.
- e) Worm é um tipo específico de vírus, que pode capturar todo conteúdo digitado no computador.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

- 17.** Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada. No fim do torneio, a soma das pontuações de todos os times deu 120. O número de jogos que terminaram empatados foi

- a) 15.
- b) 66.
- c) 17.
- d) 18.
- e) 20.

18. Corujinha está fazendo uma prova com 5 opções. Faltam apenas 3 questões para ela terminar a prova e, necessita de acertar pelo menos uma questão para ser aprovada. Como ela não domina o conteúdo dessas 3 questões, resolve marcar aleatoriamente no cartão resposta. Qual é a probabilidade de Corujinha ser aprovada no certame?

- a) 46,5%
- b) 47,9%
- c) 48,8%
- d) 49,7%
- e) 50,6%

19. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.
- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

20. Numa pesquisa realizada com 100 pessoas sobre a forma de se locomoverem para o trabalho, constatou-se que:

- 45 usam ônibus;
- 51 usam automóvel;
- 32 usam moto;
- 18 usam ônibus e automóvel;
- 22 usam ônibus e moto;
- 15 usam automóvel e moto;
- 6 usam os três meios de transporte.

Analisando os dados apresentados, conclui-se que o número de pessoas que NÃO utiliza nenhum dos três meios de transporte mencionados é

- a) 17.
- b) 21.
- c) 23.
- d) 26.
- e) 27

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

21. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

- a) Todas as sociedades em que o Estado passe a possuir a participação acionária majoritária integrarão a Administração Indireta.
- b) As empresas públicas devem ser criadas sob a forma de sociedade anônima.
- c) É possível que o poder público crie uma empresa pública cujo objetivo seja a prestação de serviços públicos ou a exploração de atividades econômicas.
- d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.
- e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

22. Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, analise os próximos itens quanto às regras definidas pela Constituição Federal.

I - Tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.

II - Tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

III - Tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.

23. Considerando as disposições doutrinárias acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- b) O atributo da imperatividade dos atos administrativos reflete a possibilidade de que todos os atos administrativos sejam impostos perante terceiros, independentemente de sua vontade.
- c) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- d) Por motivo de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos, o Poder Judiciário poderá revogar os atos praticados pela Administração.
- e) A revogação de um ato administrativo opera efeitos extunc.

24. Assinale a opção que trata corretamente do poder de polícia administrativa.

- a) A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.
- b) Com base no poder de polícia administrativa, o Estado realiza a investigação de crimes e pratica atos para a instrução processual penal.
- c) O poder de polícia somente é exercido pelos órgãos de segurança pública.
- d) Embora possa ser aplicado repressivamente, o poder de polícia é dotado de uma natureza eminentemente preventiva.
- e) Dado o atributo da coercibilidade, as decisões adotadas pelo administrador público com base no poder de polícia podem ser executadas diretamente, sem necessidade, como regra, de intervenção judicial.

25. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988, é enquadrada como objetiva.
- b) A culpa recíproca ou concorrente da vítima é causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- c) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, desde que ele tenha agido de forma dolosa ou culposa.
- d) Nem todos os entes integrantes da Administração Pública responderão de forma objetiva pelos danos decorrentes de condutas comissivas de seus agentes.
- e) O Estado é objetivamente responsável por dano causado a particular em decorrência de um buraco existente em uma rodovia que se encontra sob responsabilidade pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

26. Tivemos a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) terão a natureza jurídica normas supraconstitucionais, não integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

27. Fabio Ramos conversa com Roserval no corredor do curso Estratégia a respeito da Teoria do poder constituinte. Acerca dessa conversa, o poder constituinte originário é

- a) é fático e soberano, incondicional e preexistente à ordem jurídica.
- b) reformador, podendo emendar e reformular.
- c) é decorrente e normativo, subordinado e condicionado aos limites da própria Constituição.
- d) é atuante junto ao Poder Legislativo comum, com critérios específicos e de forma contínua.
- e) é derivado e de segundo grau, culminando em atividade diferida.

28. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

29. De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

30. Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, as normas no texto constitucional classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a classificação doutrinária, a norma constitucional segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; é classificada como norma constitucional

- a) de eficácia limitada.
- b) diferida ou programática.
- c) de eficácia exaurida.
- d) de eficácia contida.
- e) de eficácia plena.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

31. Adamastor, policial penal da SERES-PE, apropriou-se de dois grampeadores e um teclado de computador pertencentes à Unidade Prisional em que estava lotado, bens esses que estavam em sua posse em razão do cargo. No dia seguinte, ao confessar o fato para sua esposa, esta o convence a devolver os bens, avaliados em R\$ 79,00 no total. Adamastor, então, antes mesmo que alguém tivesse dado falta dos bens, procura seu superior, narra o ocorrido e devolve todos os objetos.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento posterior, e Adamastor fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços
- b) arrependimento eficaz, e Adamastor fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços
- c) causa de extinção da punibilidade em favor de Adamastor
- d) desistência voluntária, de forma que Adamastor terá sua pena reduzida de um a dois terços
- e) crime consumado, sem redução de pena.

32. Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) No desvio subjetivo de conduta ou participação em crime menos grave, o agente que quis participar de crime menos grave responderá por este crime menos grave.
- b) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os agentes, ainda que elementares do tipo penal.
- c) O código penal adotou, como regra, a teoria pluralista no que tange à punibilidade no concurso de agentes.
- d) Na participação de menor importância a pena pode ser diminuída de um a dois terços.
- e) Para que a conduta do partícipe seja punível, é necessário que a conduta principal configure um fato típico, ilícito e culpável.

33. Beatriz, 20 anos, estava grávida, já com 06 meses de gestação. Desejando provocar autoaborto, Beatriz se dirigiu a uma clínica clandestina e autorizou Joselmo a realizar a manobra abortiva. No curso das investigações, a perícia verificou que o bebê de Beatriz já estava morto quando da realização das manobras abortivas, constatando que a causa da morte teria sido uma queda acidental de Beatriz, um dia antes, ao descer uma escada em formato caracol.

Nesse caso, é correto afirmar que Beatriz:

- a) não será punível, ante a tentativa inidônea, pela absoluta ineficácia do meio; Joselmo responderá pelo crime de aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante.
- b) não será punível, ante a tentativa inidônea, por absoluta impropriedade do objeto; Joselmo responderá pelo crime de aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante.
- c) deverá ser punida pelo crime de autoaborto tentado, de forma que terá uma redução de pena de um a dois terços; Joselmo receberá a mesma punição.
- d) não será punível, ante a tentativa inidônea, pela absoluta ineficácia do meio, o mesmo se aplicando a Joselmo.
- e) não será punível, ante tentativa inidônea, por absoluta impropriedade do objeto, o mesmo se aplicando a Joselmo.

34. Bráulio, policial penal da SERES-PE, solicitou a Pedro, que se encontrava preso na Unidade Prisional em que o primeiro exercia suas funções, a quantia de R\$ 2.000,00, a fim de facilitar o ingresso de maços de cigarro, aparelhos de televisão e outros produtos que seriam destinados a Pedro. Pedro, porém, não aceitou pagar a quantia solicitada, e comunicou o fato a seu advogado, que noticiou o ocorrido ao Diretor do estabelecimento prisional

Nesse caso, a conduta de Bráulio configura:

- a) corrupção passiva privilegiada, consumada
- b) corrupção passiva tentada
- c) corrupção passiva consumada
- d) concussão tentada
- e) concussão consumada

35. Charles e Gabriel praticaram um furto a uma loja de celulares, subtraíndo 12 aparelhos, avaliados em R\$ 8.000,00 cada. Ao empreenderem fuga, pediram a Francisco, pai de ambos, que guardasse os aparelhos em sua residência. Francisco, então, aceitou guardar os aparelhos para beneficiar os filhos, que temiam a apreensão dos produtos e a perda do proveito do crime. Duas semanas depois, Charles e Gabriel voltaram à casa do pai e retiraram os celulares, levando-os embora.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Francisco configura:

- a) participação no crime de furto praticado por Charles e Gabriel
- b) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- c) favorecimento pessoal, com isenção de pena em razão do parentesco
- d) favorecimento real, com isenção de pena em razão do parentesco
- e) favorecimento real, sem isenção de pena

36. No dia 15.07.2021, por volta das 2h da madrugada, no centro da cidade de Recife-PE, Rodrigo e Wagner abordaram Marcelo quando este saía de uma casa noturna. Munidos de uma arma de fogo, empregaram grave ameaça contra a vítima e exigiram que Marcelo entregasse o celular e o relógio. Marcelo reagiu e, então, Wagner atirou contra a vítima, que caiu no chão, vindo a óbito. Os agentes empreenderam fuga, sem nada levar.

Nesse caso, a conduta de Rodrigo e Wagner configura o crime de:

- a) roubo qualificado pelo evento morte (latrocínio) consumado, sem majoração
- b) roubo qualificado pelo evento morte (latrocínio) tentado, sem majoração
- c) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pelo concurso de agentes
- d) roubo qualificado pelo evento morte (latrocínio) consumado, majorado pelo emprego de arma de fogo e pelo concurso de agentes
- e) roubo qualificado pelo evento morte (latrocínio) tentado, majorado pelo emprego de arma de fogo e pelo concurso de agentes

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

37. A respeito das disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A lei processual penal poderá retroagir a data anterior de sua vigência se for para beneficiar o réu.
- b) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e a suplementação dos princípios gerais de direito, não admitindo, no entanto, a aplicação analógica.
- c) Em decorrência do princípio do *tempus regit actum*, a lei processual penal tem aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior
- d) O Código de Processo Penal será aplicado em todo o território brasileiro, inclusive em relação as ações penais destinadas a apurar crimes militares.
- e) A lei processual penal admitirá a aplicação analógica, mas não admitirá a interpretação extensiva.

38. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará

- a) Ao cônjuge, ascendente ou descendente.
- b) Ao cônjuge, apenas.
- c) Ao ascendente ou descendente.
- d) Ao cônjuge, ascendente ou irmão.
- e) Ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

39. Segundo a Lei n.º 9.296/96 que trata sobre interceptações telefônicas, é correto afirmar que:

- a) será admitida interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.
- b) a interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- c) o Ministério Pùblico conduzirá os procedimentos de interceptação.
- d) a decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de trinta dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- e) o juiz não poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, diante da seriedade da medida.

40. Acerca de suspeição e impedimento previsto no Código de Processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O juiz estará impedido de atuar no processo se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- b) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- c) O juiz é suspeito de atuar no processo em que ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- d) O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevindo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.
- e) O juiz estará impedido de atuar no processo se ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.

41. A respeito de prisão preventiva, considere os seguintes itens.

- I- A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- II- Não será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- III- Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 120 (cento e vinte) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.
- e) Nenhuma das assertivas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

42. A Lei nº 9.455/1997 tipifica o crime de tortura e aponta as suas diversas espécies. Sobre o delito em questão, analise as afirmativas a seguir.

- I. admite tentativa;
 - II. é insuscetível de graça ou anistia, mas permite o indulto;
 - III. pode ser praticado por conduta comissiva ou omissiva.
- Está correto somente o que se afirma em:
- a) I;
 - b) III;
 - c) I e II;
 - d) I e III;
 - e) II e III

43. A fim de obter informações sobre o funcionamento e identificar os demais integrantes de organização estruturalmente ordenada, contendo ao menos cinco membros, que praticava crimes de roubo de carga dentro do Estado do Rio Grande do Norte, a autoridade policial decidiu infiltrar um agente na referida organização. Diante de indícios que comprovavam as infrações e inexistindo outros meios para produção da referida prova, a realização de tal técnica de investigação por representação do delegado de polícia, prevista na Lei de Crime Organizado:

- a) será admitida, podendo ser realizada por prazo indeterminado;
- b) não será admitida, pois o delegado de polícia não possui legitimidade para representação;
- c) será admitida, respondendo o agente infiltrado por eventuais excessos praticados com desvio de finalidade da investigação;
- d) será admitida, somente podendo o agente infiltrado abandonar a investigação mediante autorização judicial;
- e) não será admitida, pois a ausência de caráter transnacional da infração afasta a aplicação da Lei de Crime Organizado.

44. A Lei nº 9.613/1998 tipifica, no respectivo art. 1º, os crimes de lavagem de dinheiro, com enquadramento penal básico consistente na ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, ao tempo em que estabelece, nos arts. 2º a 7º, disposições especiais referentes a processo e julgamento, bem como aos efeitos pessoais e patrimoniais de eventual condenação.

Considerando os aspectos legais referentes à lavagem de dinheiro e o fato de que ela se desenvolve em fases que eventualmente se superpõem ou comunicam, assinale a alternativa correta

- a) primeira fase da lavagem de dinheiro, denominada “dissimulação” (layering), é caracterizada por uma multiplicidade de operações e transações realizadas mediante empresas e contas sem aparente relação com o agente envolvido na prática delituosa, tornando impossível ou extremamente difícil identificar a origem ilícita dos bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
- b) Os crimes de lavagem de dinheiro somente se configuram caso sejam cometidos de forma reiterada ou se a infração penal antecedente tiver sido praticada por organização criminosa.
- c) A pena para os crimes de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, sendo possível ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o agente, no curso de investigação ou processo, colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto da infração penal.
- d) Os tipos penais de lavagem de dinheiro admitem a forma culposa, em que o agente criminoso dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- e) O processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.

45. A Lei nº 12.846/2013 - alcunhada de “Lei Anticorrupção” - estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Acerca desse regime, a lei em questão

- a) é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.
- b) estabelece, nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.
- c) estabelece a responsabilização penal objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.
- d) permite que a Controladoria Geral da União aplique sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) atribui legitimidade concorrente ao Ministério Público, às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação, às pessoas jurídicas infratoras.

45. A respeito da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.

- a) Os crimes nela previstos só se caracterizam se praticados pelo agente público com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si próprio.
- b) Prevê como sujeito ativo o agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluídos os militares, que são regidos por lei própria.
- c) Os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, inexistindo previsão da ação penal privada subsidiária.
- d) Prevê como efeito da condenação, dentre outros, inabilitação para o exercício do cargo, mandato ou

função pública, pelo período de 1 a 5 anos, condicionado à ocorrência de reincidência específica e não é automático, devendo ser declarado, em sentença.

- e) Prevê como pena restritiva de direito substitutiva da privativa de liberdade, dentre outras, a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 a 6 meses, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens

47. Sobre os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), e considerando a interpretação que

lhes é dada pelo STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de posse irregular de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido é crime de perigo concreto, e o bem jurídico tutelado é a incolumidade física.
- b) A abolitio criminis temporária, prevista nos artigos 5º, § 3º, e 30, durante a sua vigência temporal, abrangeu todos os crimes previstos na Lei nº 10.826/2003.
- c) A atipicidade de conduta do agente que detém posse de arma de fogo sem autorização e em desacordo com a determinação legal/regulamentar deve ser reconhecida quando a total ineficácia dessa arma for demonstrada por laudo pericial.
- d) A comprovação da lesividade da conduta é indispensável para a caracterização típica do crime de “disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela”.
- e) A comprovação da internacionalidade da ação é dispensável para a configuração do tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, bastando que se comprove a procedência estrangeira do artefato.

48. Sobre os tipos penais previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), e considerando a interpretação que lhes é dada pelo STJ, assinale a alternativa correta.

- a) A comprovação da materialidade do delito de posse de drogas para uso próprio não depende da elaboração de laudo de constatação da substância entorpecente que evidencie a natureza e a quantidade da substância apreendida.
- b) Para a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas é indispensável que haja a apreensão de drogas na posse direta do agente.
- c) A conduta de posse de droga para consumo próprio foi desriminalizada pela referida lei, tendo havido, portanto, abolitio criminis.
- d) O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada não é crime equiparado a hediondo.
- e) Prescrevem em 4 anos a imposição e a execução das penas referentes à conduta de posse de droga para consumo próprio.

EXECUÇÃO PENAL

Marcos Girão

49. Tendo em vista o que estabelece a Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 04 nem superior a 08 horas semanais.
- b) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.
- c) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.
- d) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 03 dias.
- e) São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.

50. Segundo as regras estabelecidas pela Lei de Execução Penal a respeito da utilização da monitoração eletrônica, é correto afirmar que:

- a) o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica nos casos de cumprimento de pena restritiva de direitos ou livramento condicional.
- b) é dever do condenado receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.
- c) é um direito do preso que foi condenado ao regime aberto de cumprimento de pena.
- d) poderá ser revogada se for constatado que o condenado ainda não cumpriu pelo menos 2/3 (dois terços) da pena.
- e) trata-se de dever do magistrado e direito subjetivo do condenado a sua utilização.

51. Assinale a alternativa correta quanto ao que dispõe a Lei nº 7.210/84 (lei de Execução Penal) quanto à assistência ao condenado, à remissão de pena, à progressão de regime e à saída temporária.

- a) A assistência material e à saúde, ao preso e ao internado, consiste no fornecimento de alimentação e atendimento médico, não abrangendo vestuário, medicamentos e atendimento odontológico.
- b) O condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, apenas por trabalho, parte do tempo de execução da pena.
- c) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos metade da pena no regime anterior.
- d) Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento.
- e) A autorização de saída temporária será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

52. Nos termos da Lei de Execução Penal, são exemplos de penas restritivas de direitos:

- a) pagamento de cesta básica e multa.
- b) interdição temporária de direitos e trabalhos forçados.
- c) prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana.
- d) prisão simples e banimento.
- e) reclusão e detenção.

53. Assinale a alternativa incorreta quanto ao instituto da remição, estabelecido pela Lei de Execução Penal.

- a) A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.
- b) Trata-se do desconto na pena do tempo relativo ao trabalho ou estudo do condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, conforme proporção prevista em lei.
- c) As atividades de estudo para fins de remição poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.
- d) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não terá mais direito ao benefício da remição
- e) O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

54. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. No que tange aos estabelecimentos prisionais e às disposições da Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.

- a) São indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia.
- b) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 8 (oito) meses de idade.

c) As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa não podem ser executadas em outra unidade.

- d) O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa.
- e) A mulher e o maior de setenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

55. Pautando-se no contido na Lei Federal no 7.210/84, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Tratando-se de estabelecimentos penais destinados a mulheres, estes serão dotados de berçário onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.
- b) Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.
- c) Durante o curso da execução penal, ocorrendo nova condenação do preso, será somada a pena ao restante da que está sendo cumprida, para determinação do regime.
- d) Os presos condenados ficarão separados de acordo com os seguintes critérios: (1) condenados pela prática de crimes hediondos (ou equiparados); (2) condenados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça (reincidentes ou não); (3) demais condenados em crimes ou contravenção em situação diversa das anteriores.
- e) Quando o condenado praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, ou sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime que está cumprindo, este ficará sujeito à regressão de sua pena restritiva de liberdade.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIÁÇÃO SOCIAL

Lilian Novakoski

56. Sobre a Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) O PNDH-3 prevê entre suas diretrizes, a promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.
- b) É eixo orientador universalizar direitos em um contexto de desigualdade.
- c) O PNDH-1 foi elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso
- d) O PNDH-3 carece de diretriz a respeito da profissionalização da investigação de atos criminosos.
- e) É Diretriz do PNDH-3 a garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos

57. A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a alternativa incorreta.

- a) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.
- b) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- c) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele, devendo ser direcionado, desde logo, a juiz ou autoridade que represente, em caso de prisão em flagrante.
- d) Todas as pessoas tem o direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, podendo também, deixar qualquer país, inclusive o seu e regressar.
- e) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

58. Sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, assinale a INCORRETA sobre suas incumbências:

- a) Propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.
- b) Elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor
- c) Emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso
- d) Representar ao Juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal
- e) Contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária.

59. Dentre as atribuições enumeradas pela Lei de Execuções Penais ao Conselho da Comunidade, encontra-se a de visitar os estabelecimentos penais existentes na Comarca. A periodicidade trazida pela referida lei é de visitas:

- a) anuais
- b) mensais
- c) semestrais
- d) trimestrais
- e) bimestrais

60. Assinale a alternativa correta, tendo por base as Regras Mínimas para Tratamento de pessoas presas

- a) José é deficiente físico e cumpre pena por condenação criminal por crime de latrocínio. Após algumas infrações disciplinares, foi imposta medida disciplinar de confinamento solitário. Nesta situação, não há nenhum óbice para a aplicação da medida, desde que, imposta após regular processo administrativo.
- b) O recluso deve ter direito a defender-se pessoalmente ou através de advogado, quando os interesses da justiça assim o requeiram, em particular nos casos que envolvam infrações disciplinares graves. Se o recluso não entender ou não falar a língua utilizada na audiência disciplinar, devem ser assistidos gratuitamente por um intérprete competente.
- c) João encontra-se recluso em cumprimento de sanção penal e, em razão do falecimento de sua mãe, foi autorizado a participar do velório, sob escolta. Nesta situação, o preso será autorizado a vestir suas roupas ou roupas que não chamem atenção.
- d) As celas ou locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário de população prisional, for necessário que a administração prisional central adote exceções a esta regra deve evitar-se que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou local.
- e) As diferentes categorias de reclusos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes zonas de um mesmo estabelecimento prisional, tendo em consideração o respetivo sexo e idade, antecedentes criminais, razões da detenção e medidas necessárias a aplicar.

Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Policial-Penal-PE-30-01>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>